

Campanha contra a PEC 37 mobiliza todo o país



CONAMP

Deflagrada em Minas Gerais no dia 25 de fevereiro, a Campanha Brasil Contra a Impunidade chegou a Brasília no dia 24 de abril, quando foi entregue abaixo-assinado com assinaturas recolhidas em todos os estados e Distrito Federal contra a PEC 37. Apoio e moções de Repúdio vieram das grandes e pequenas comarcas e também do exterior. Corpo a corpo foi realizado no Congresso, explicando aos parlamentares o risco de retrocesso se a proposta for aprovada.

▲ Ministério Público brasileiro reunido em Brasília

PÁGINAS DE 3 A 15 E 19

Presidente da Câmara dos Deputados cria Grupo de Trabalho para rediscutir a PEC 37

A Câmara dos Deputados criou um grupo de trabalho para discutir a PEC 37, que garante a exclusividade das investigações criminais às polícias Federal e Civil. O grupo terá até 30 de maio para apresentar proposta de aperfeiçoamento da proposta. O grupo é resultado de reunião realizada no dia 30 de abril entre representantes do Ministério Público e da polícia judiciária com o presidente da Câmara dos Deputados, deputado Henrique Alves (PMDB-RN); o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo; o secretário nacional de Reforma do Judiciário, Flávio Caetano; os deputados federais Bernardo Santana (PR-MG) e Fábio Trad (PMDB-MS), e o senador Vital do Rêgo Filho (PMDB-PB) para discutir a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37 de 2011.



CÂMARA FEDERAL

▲ Nedenus Ulisses (2º à direita) participou da reunião no dia 30 em Brasília

PÁGINA 2

Câmara cria Grupo de Trabalho para analisar a PEC 37

Representantes do Ministério Público e da polícia judiciária se reuniram no último dia 30 de abril com o presidente da Câmara dos Deputados, deputado Henrique Alves (PMDB-RN); o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo; o secretário nacional de Reforma do Judiciário, Flávio Caetano; os deputados federais Bernardo Santana (PR-MG) e Fábio Trad (PMDB-MS); e o senador Vital do Rêgo Filho (PMDB-PB) para discutir a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37 de 2011.

Participaram da reunião a presidente em exercício da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Norma Angélica Cavalcanti, o presidente da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), Nedens Ulisses, o presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais (CNPJ), Oswaldo Trigueiro, o procurador-geral de Justiça do Rio Grande do Norte, Manoel Onofre, e o procurador-geral de Justiça eleito do Rio Grande do Norte, Rinaldo Reis.

Durante a reunião foi decidida a criação de um grupo de trabalho técnico com o objetivo de aperfeiçoar a

PEC 37, harmonizando-se as propostas relativas à investigação criminal no sistema brasileiro. Entre os itens da pauta de discussão do grupo, consta a repartição de competências na investigação criminal entre o MP e as polícias, o regramento do procedimento investigatório na área criminal e cível e o papel do MP frente às polícias. O grupo será formado por quatro representantes do MP, quatro da polícia, dois do Senado, dois da Câmara e um do Ministério da Justiça, o secretário da Reforma do Judiciário.

Ao final da reunião foi emitida a nota abaixo:

Brasília, 30 de abril de 2013

Em reunião convocada pelo presidente da Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves, que contou com a presença do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, dos deputados federais Bernardo Santana e Fábio Trad, do senador Vital do Rêgo Filho, do diretor-geral da Polícia Federal, Leandro Daiello Coimbra, do secretário Nacional da Reforma do Judiciário, Flávio Caetano, e de representantes do Ministério Público e dos delegados de Polícia, foi decidido que:

- 1 - Será criado Grupo de Trabalho técnico com o objetivo de aperfeiçoar a PEC 37/2011, harmonizando-se as propostas relativas à investigação criminal do sistema brasileiro;
- 2 - A pauta desse grupo terá como temas a serem debatidos:
 - a) A repartição de competências na investigação criminal entre polícias e ministérios públicos;
 - b) O regramento do procedimento investigatório na área criminal e cível;
 - c) O papel do Ministério Público frente às Polícias.
- 3 - O grupo será composto por quatro representantes do Ministério Público, quatro representantes da Polícia, dois do Senado Federal, dois da Câmara dos Deputados e um do Ministério da Justiça (secretário de Reforma do Judiciário);
- 4 - A primeira reunião será realizada no dia 7 de maio, às 14h, no Ministério da Justiça;
- 5 - O Grupo de Trabalho apresentará sua proposta final até o dia 30 de maio do corrente ano.



ASSOCIAÇÃO MINEIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Rua Timbiras, 2.928
Barro Preto
30140-062
Belo Horizonte/MG
ammp@ammp.org.br
www.ammp.org.br

O AMMP Notícias é uma publicação da Associação Mineira do Ministério Público

Presidente
Nedens Ulisses
Freire Vieira

1º vice-presidente:
Shirley Fenzi Bertão

2º vice-presidente
João Medeiros Silva Neto

3º vice-presidente
Edson Ribeiro Baêta

4º vice-presidente
Gilberto Osório Resende

1º diretor administrativo
Selma Maria
Ribeiro Araújo

2º diretor administrativo
Valéria Dupin Lustosa

1º diretor financeiro
Carlos Henrique
Torres de Souza

2º diretor financeiro
Luiz Felipe de
Miranda Cheib

Responsáveis pela edição

Jornalista responsável
Ofélia L. P. Bhering
(MG 2.289 JP)

Repórteres
Bárbara Peixoto
Felipe Jávare
(MTB 12046/MG)

Diagramação
Edições Geraes Ltda.

Tiragem
1.000 exemplares

Carta de Brasília

O Ministério Público Brasileiro manifesta-se contrário à Proposta de Emenda Constitucional nº 37.

A PEC 37 tem como propósito restringir o número de instituições que realizam investigações criminais, cometendo tal atividade com exclusividade às polícias Federal e Civil.

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 129, incisos I, II, VI e VII, ao atribuir ao Ministério Público a missão constitucional de defesa da ordem jurídica e de promover as medidas necessárias para isso, concede o poder investigatório ao MP, fundamental ao efetivo cumprimento das suas valiosas funções constitucionais, como o combate à criminalidade organizada, à corrupção e ao exercício do controle externo da atividade policial.

Além de inconstitucional, a PEC 37 é uma medida na contramão da democracia, haja vista que só traz efeitos negativos à população brasileira. Em sendo aprovada, além do Ministério Público, diversas outras instituições ficarão proibidas de investigar. É o caso do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central, que fazem um trabalho especializado para evitar lavagem de dinheiro; do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que atua nos crimes de ordem econômica; da Controladoria da União, que busca combater a corrupção e o desvio de verbas públicas. O mesmo vai acontecer com tribunais de Contas, auditores fiscais e Receita Federal.

Nenhuma dessas instituições, assim como o Ministério Público Brasileiro, tem a intenção de usurpar as funções das polícias, nem muito menos de manejar o inquérito policial. Muito pelo contrário. O objetivo não é dividir, mas somar. A ação conjunta e articulada contra a criminalidade só traz benefícios para a população. A coexistência de distintos mecanismos de apuração, longe de refletir uma técnica de usurpação ou pouco apreço à função alheia, é importante mecanismo de cooperação, posto que a convergência de ações tende a potencializar os resultados a serem alcançados, diminuindo o risco da ineficiência e minando a impunidade, sendo princípio vigente nas nações desenvolvidas do globo.

O Ministério Público brasileiro deixa claro à população que, com a eventual aprovação da PEC 37, serão produzidos nefastos efeitos no combate à criminalidade, representando um verdadeiro acinte à cidadania e o enfraquecimento do processo de democratização em curso em nosso país. Menos agentes públicos e instituições investigando, significa mais crimes e mais corrupção e improbidade. É determinante que toda sociedade brasileira se junte em um uníssono coro de vozes contra essa manobra que em nada interessa ao cidadão de bem, antes pelo contrário, tem como principal alimento o robustecimento da corrupção e da criminalidade que ainda persistem em nosso país, na medida em que almeja calar e impedir a atuação investigatória de importantes instituições.

MP de todo o país, parlamentares e sociedade civil participam de Ato Público na Câmara dos Deputados

Representantes do Ministério Público de todo o país e de instituições sociais foram à Câmara dos Deputados, na tarde do dia 24 de abril, entregar a Carta de Brasília contra a PEC 37 ao presidente da Câmara dos Deputados, deputado Henrique Alves (PMDB-RN). Os deputados Alessandro Molon (PT-RJ), Ronaldo Caiado (DEM-GO), Vieira da Cunha (PDT-RS), Marcus Pestana (PSDB-MG), Marcos Montes (PSD-

-MG), Ivan Valente (PSOL-SP), Chico Alencar (PSOL-RJ) e os senadores Pedro Taques (PDT-MT) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) foram alguns dos parlamentares que apoiaram o ato a favor do poder investigatório do MP. Cerca de mil pessoas participaram do evento.

Foram entregues ao presidente da Câmara mais de 500 mil assinaturas físicas colhidas em todo Brasil e 203 mil virtuais.

Simpósio

Na manhã desse mesmo dia, foi realizado o I Simpósio Contra a Impunidade, na sede do Ministério Público do Distrito Federal e Território. A presidente em exercício da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Norma Angélica Cavalcanti, na abertura, disse: “Não medimos o êxito das nossas vidas pelas conquistas e sim pelas dificuldades. Este é o momento que o MP vive. O Ministério Público é uma instituição em constante construção”. Norma afirmou ainda que a construção do MP é diária e a instituição precisa resistir a partir de hoje e amanhã. “Continuamos abertos ao diálogo com Parlamento, pois o que queremos é o diálogo”. A presidente também disse que a luta é para afirmar que o MP quer continuar trabalhando. “A Conamp continua aberta a parcerias para que possamos enfrentar esse terrível atentado à democracia”.

O ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ayres Britto afirmou estar preocupado com a tramitação e votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37/11, que garante exclusividade da investigação criminal às polícias Federal e Civil, limitando o poder de investigação do MP. “Curiosamente ela tem o mesmo número do artigo 37 da Constituição Federal, que mais defende a probidade administrativa e que introduziu um capítulo devotado à administração pública. É como se o acaso dissesse que a sociedade brasileira deveria tomar cuidado com a emenda 37, pois ela se contrapõe a valores constitucionais de primeira grandeza”.

De acordo com o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), o simpósio em si já foi um ato vitorioso. “A causa não é somente do MP, e sim da sociedade brasileira. A presença da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e da Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapf) indica claramente que essa PEC significa o desmantelo da ordem jurídica constituída em 1988, da redemocratização.” Ainda para o senador, a aprovação da PEC 37 seria um atentado não só à ordem jurídica, mas à história do Brasil. “A Constituição Federal completa, em 2013, 25 anos de sua promulgação e é exatamente neste momento que tramita uma PEC que vai



Nedens Ulisses coordena a campanha nacional

Simpósio foi realizado pela Conamp no MPDFT

contra o espírito do constituinte da jornada cívica dos anos 1980. O MP existe sim sem a investigação. Existe numa ditadura.”

Para o deputado Alessandro Molon (PT-RJ), em nenhum momento foi dito que suposto problema essa PEC 37 procura resolver. “Ela nasce de uma maneira torta para valorizar uma categoria, mas a PEC levará a desvalorização dessa categoria quando a sociedade brasileira se posicionar. Se é para resolver os problemas de investigação no Brasil, vamos ter uma discussão séria. Não querem resolver o problema. Querem é ter menos órgãos investigando. Tudo que a gente não quer é exclusividade, queremos o trabalho conjunto”, disse.

A subprocuradora da República, Deborah Duprat, representando o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, lem-



Fotos Divulgação Conamp

brou que as cortes internacionais e regionais de direitos humanos tomam muitas decisões no sentido de que as vítimas e familiares tenham direito à investigação eficiente e que haja órgãos para que deem conta desse papel. Se uma instituição falhar, outras têm que funcionar. “A PEC não só está na contra-mão dos direitos humanos como pode condenar o estado brasileiro”, frisou.

Segundo o procurador de Justiça do Rio Grande do Sul, doutor e pós-doutor em Direito, Lenio Streck, o MP está pagando pelos acertos. “Evidentemente também erramos. As estatísticas sobre crimes como lavagem de dinheiro são ruins, mas sem o MP serão piores ainda”, afirmou.

O presidente da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), Nelson Calandra, também esteve presente ao evento e afirmou ser contra a PEC da Impunidade. “A PEC deve ser arquivada no arquivo da vergonha. Não concordamos com a PEC 37, nem com qualquer proposta que afronte à Constituição Federal brasileira”.



Shirley Bertão, Antônio Tonet, Carlos Henrique Torres e Joaquim Miranda

AMMP e PGJ promovem Ato Público em Belo Horizonte

Ato Público na manhã do dia 12 de abril no Crea-MG, organizado pela Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) e Procuradoria-Geral de Justiça, foi o ponto alto da mobilização contra a PEC 37 em Minas Gerais.

Representantes de movimentos sociais, da Igreja, da sociedade civil e parlamentares hipotecaram apoio ao Ministério Público e subscreveram abaixo-assinado entregue no Congresso Nacional no dia 24 de abril. Em todas as capitais do Brasil foram realizados atos públicos no mesmo dia e horário.

O presidente da AMMP, Nedenys Ulisses, coordenador nacional da Campanha Brasil Contra a Impunidade, falou da “aberração e violência contra a República que representa a aprovação da PEC 37, ao criar um nicho para um único órgão do aparelho estatal, dando o monopólio da investigação criminal à polícia judiciária”. Ele conclamou as organizações não governamentais, movimentos populares e toda a sociedade a mostrar ao Congresso seu repúdio à proposta, aprovada em comissão especial no ano passado.

Segundo o procurador-geral de Justiça, Carlos André Mariani, é o princípio da eficiência que deve prevalecer na propositura de uma emenda constitucional. A PEC 37,



PEDRO HENRIQUE

O Ato Público de BH foi realizado no Crea-MG em 12 de abril



A PEC 37, no entanto, “não vem para o bem, porque vem para inviabilizar parcerias entre as instituições no processo investigatório, promovendo, com certeza, ineficiência e impunidade, ao alijar o MP e outros órgãos do poder investigatório”

no entanto, frisa ele, “não vem para o bem, porque vem para inviabilizar parcerias entre as instituições no processo investigatório, promovendo, com certeza, ineficiência e impunidade, ao alijar o MP e outros órgãos do poder investigatório”. Carlos André convidou todos a lutarem para o esclarecimento da sociedade sobre os riscos que a aprovação da PEC 37 representa.

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Dinis Pinheiro, afirmou o repúdio do Parlamento mineiro à PEC 37, destacando sua preocupação com a impunidade e

os desmandos que acontecerão no caso de sua aprovação. Para ele, as instituições têm de ter sempre compromisso com a eficiência, correção e transparência, visando promover qualidade de vida e justiça social. “O MP é grande parceiro nesse trabalho”, destacou. Ele propôs um grande mutirão de enfrentamento à PEC 37, que “é um atentado à democracia”. No dia 9 de abril, a ALMG, por meio da Comissão de Direitos Humanos, aprovou moção de repúdio à PEC 37 e anunciou seu encaminhamento aos deputados e senadores mineiros no Congresso Nacional.



PEDRO HENRIQUE

Shirley Bertão e a procuradora da República Zani Cajueiro



PEDRO HENRIQUE

João Medeiros, deputado federal Marcus Pestana, presidente da ALMG, Dinis Pinheiro, e Nedenys Ulisses

CAMPANHA BRASIL CONTRA A IMPUNIDADE

PEDRO HENRIQUE



FOTOS PEDRO HENRIQUE

O desembargador Edson Feital Leite, representando a Associação Mineira dos Magistrados (Amagis), lembrou que “o Ministério Público tem a legítima outorga do controle dos Poderes e, sobretudo das polícias, o poder investigatório está implícito”.

Para o deputado federal Marcus Pestana, presidente estadual do PSDB, “o esvaziamento do MP é uma afronta à liberdade”. Ele alertou para a necessidade da constante vigilância e mobilização em defesa dos instrumentos de atuação do Ministério Público e anunciou ainda que a grande maioria da bancada federal do partido se posicionará contra a PEC.

O deputado federal Gabriel Guimarães (PT) lembrou o caráter suprapartidário da Campanha Brasil Contra a Impunidade, “por ter como objeto a defesa da sociedade, da Instituição e, sobretudo, a defesa da apuração dos crimes”. Segundo ele, não podemos deixar as polícias sozinhas no combate à criminalidade. “Necessárias são as parcerias, o trabalho conjunto entre as instituições no combate ao crime organizado”, sublinhou.

Segundo o conselheiro nacional do Ministério Público Jarbas Soares, o repúdio a essa proposta une o CNMP, que tem representantes do MP, dos tribunais superiores, da OAB, da Câmara dos Deputados e do Senado. “A

PEC 37 é um atentado à República”, destacou. Para o conselheiro de Direitos Humanos da OAB-MG, William Santos, “essa proposta é vergonhosa, porque visa atender a uma minoria ao tirar o poder investigatório do MP”.

A procuradora da República Zani Cajueiro, representante da ANPR, alertou para o risco de projetos dessa natureza, noutro momento, cercearem também o trabalho investigativo até da imprensa.

O deputado estadual Durval Ângelo listou as inúmeras parcerias de sucesso entre o Ministério Público e a Comissão de Direitos Humanos, que preside. Segundo ele, “os mais pobres é que serão os maiores prejudicados, se aprovada a emenda”. O vice-presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Federal de Minas Gerais, representando também a federação nacional, Christian Ribeiro, disse que “a PEC 37, ao invés de discutir políticas para a segurança pública, quer alijar o MP e outros órgãos de investigar, deixando as polícias Civil e Federal sozinhas na investigação criminal, concentrando e cristalizando um modelo de polícia que não tem sido eficiente”.

Ao final, representantes dos movimentos sociais (associações de bairro, de moradores de rua, defesa do meio

ambiente e direitos humanos, dentre outras) tiveram oportunidade de se manifestar, externando seu repúdio à PEC da Impunidade.

Do Ato Público, participaram mais de 500 pessoas.

Na porta do Crea-MG, os cidadãos eram convidados a subscrever o abaixo-assinado contra a PEC 37



Mobilização é nacional

A Campanha Brasil contra a Impunidade foi deflagrada no final do ano passado pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp). O movimento tem apoio da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Associação Nacional do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT) e Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM).

Nos estados, as procuradorias-gerais de Justiça e as associações do MP assumiram a coordenação do movimento Brasil Contra a Impunidade, que foi levado às comarcas no interior e teve, no dia 9 de abril, manifestações e atos públicos.

Mesa

Compuseram a mesa, na solenidade do Crea-MG, o procurador-geral de Justiça, Carlos André Mariani; o presidente da AMMP, Nêdens Ulisses, coordenador nacional da Campanha Brasil contra a Impunidade; o corregedor-geral do MP, Luiz Sasdelli; a ouvidora-geral do MP, Ruth Lies; o conselheiro nacional do MP Jarbas Soares; o presidente da Assembleia Legislativa, Dinis Pinheiro; o desembargador Edson Feital da Amagis; o vice-presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Federal de Minas Gerais, Christian Ribeiro; a diretora da Associação Nacional dos Procuradores da República de Minas Gerais, Zani CajueiroTobias; o procurador do Trabalho Elder Santos Amorim; os deputados federais Gabriel Guimarães (PT) e Marcus Pestana (PSDB); o deputado estadual Durval Ângelo; e o conselheiro de Direitos Humanos da OAB-MG, William Santos.

Moções de Repúdio e apoios vêm de várias comarcas

Órgãos e instituições, cidadãos e imprensa seguem apoiando o Ministério Público mineiro na campanha contra a PEC da Impunidade. Nas comarcas do interior do Estado, cidadãos, autoridades públicas e instituições civis continuam manifestando seu repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 37/2011 (PEC 37). O projeto deverá ser votado em junho, com o ob-

jetivo de retirar o poder de investigação criminal do Ministério Público e de outros órgãos como tribunais de Contas, Receita Federal, Receita dos estados, INSS e Banco Central, por exemplo, transformando a investigação de crimes em atribuição exclusiva das polícias Civil e Federal. Os atos públicos aqui relacionados foram todos realizados no dia 9 de abril.

Araxá

Os promotores de Justiça da Comarca de Araxá realizaram Ato Público contra a PEC 37 nas dependências da Associação Comercial, Industrial, de Turismo, Serviços e Agronegócios de Araxá (Acia) com a participação de 165 pessoas.

Durante a manifestação, 27 órgãos e instituições de Araxá assinaram moções de repúdio, inclusive o Poder Legislativo, Associação de Imprensa Araxaense, Polícia Militar e Fundação Maçonica de Araxá.

Barbacena

Além das manifestações da Promotoria de Justiça junto à imprensa e à sociedade, a OAB local aderiu ao movimento, que recebeu apoios também do Conselho Tutelar, do Poder Judiciário, através do juiz titular da 1ª Vara Cível, e de organizações não governamentais.

Divinópolis

A Câmara Municipal de Divinópolis manifestou seu descontentamento, com a Moção de Repúdio à PEC 37, encaminhada à Câmara dos Deputados e ao Senado. Segundo o documento, a proposição é “um retrocesso sem precedentes no desenvolvimento de processos investigatórios, atenta tratados

Conselheiro Lafaiete

A mobilização na Comarca de Conselheiro Lafaiete teve seu ponto alto com a manifestação pública no auditório da Escola Estadual Narciso de Queirós na noite do dia 9 de abril, quando os participantes tiveram oportunidade de conhecer os termos da PEC 37 e as consequências negativas de sua eventual aprovação (foto).

Também foi lançado abaixo-assinado contrário à proposta de emenda à Constituição, cujas assinaturas foram recolhidas nos 24 postos do Programa Saúde da



Família (PSF) do município, em todas as escolas das redes municipal e estadual e na sede do Ministério Público local, dentre outras instituições.

Contagem

Ato Público de Repúdio à PEC 37 foi realizado na praça do Centro de Consultas Especializadas Iria Diniz, no Bairro Eldorado. Participaram e apoiaram representantes da Prefeitura, da Câmara Municipal, da Fundação de Ensino de Contagem (Funec), do Sind-Ute - subse de Contagem, do Sind-Saúde - subse de Contagem, do Sindicato dos Servidores do Município de Contagem, servidores

e funcionários do Ministério Público no município, dentre outros.

Foram distribuídos panfletos alusivos à campanha e prestados esclarecimentos à população através do contato direto com os cidadãos, sobre os prejuízos vislumbrados para a sociedade caso a proposta seja aprovada.

A mobilização contra a PEC 37 na Comarca reuniu mais de 1.200 assinaturas.

Governador Valadares

O Ato Público em Governador Valadares foi um sucesso, com a presença expressiva de membros dos ministérios públicos Estadual, Federal e do Trabalho, representantes do Executivo, Judiciário e do Legislativo estadual. A sociedade foi conclamada a aderir ao abaixo-assinado.

CAMPANHA BRASIL CONTRA A IMPUNIDADE



Ipatinga

Ipatinga disse não à PEC 37 durante o Ato Público da Campanha Brasil Contra a Impunidade, que lotou o Salão do Júri da Comarca (foto) e contou com a presença de 16 representantes do Ministério Público da região do Vale do Aço e teve participação da comunidade e da imprensa.

Presentes também procuradores da República e do Trabalho; associações de bairro; ONGs; 72ª Seccional da OAB/MG; Defensoria Pública; representantes dos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo.

Participaram os promoto-

res de Justiça Renata da Rocha Monteiro (de Açucena); Bruno Schiavo Cruz, Bruno César Medeiros Jardim, Fábio Finotti, Lidiane Duarte Horsth, Rafael Pureza Nunes da Silva, Samuel Saraiva Cavalcante e Walter Freitas Moraes Júnior (de Ipatinga); Juliana da Silva Pinto (Coronel Fabriciano); Aníbal Tamaoki, Luz Maria Romanelli e Maria Regina Lages (de Timóteo); Caroline Pestana Gomes; e os procuradores do MPT Rafael de Azevedo Rezende Salgado e Adolfo Silva Jacob; e o procurador da República em Ipatinga, Edmar Gomes Machado.

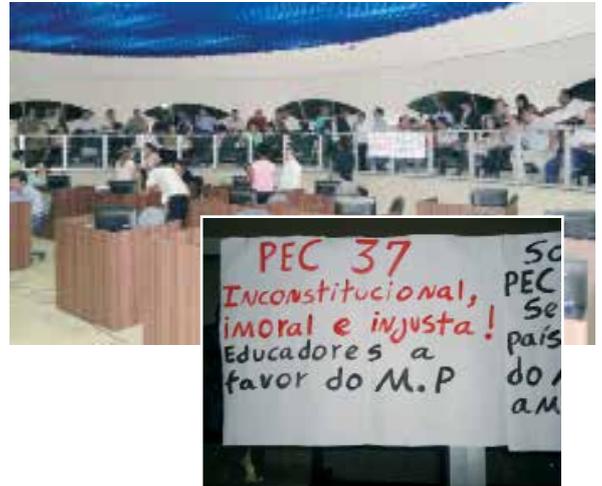
Itabira



Ampla debate sobre os riscos da aprovação da PEC 37 foi realizado no Salão do Júri do Fórum Desembargador Drumond (foto) com a participação de autoridades de diversos órgãos e segmentos para debater o retrocesso que a aprovação da proposta traria. A promotora de Justiça Sílvia Letícia Amaral fez explanação sobre a importância do poder de investigação do MP, ressaltando os ganhos para a sociedade, principalmente em relação ao patrimônio público.

Itaúna

Em Itaúna, o Ato Público foi realizado no Plenário da Câmara Municipal (foto) no dia 9 de abril. Os promotores de Justiça deram entrevistas a jornais e emissoras locais e outras ações foram desenvolvidas na Comarca até o dia 19. O abaixo-assinado ficou à disposição da comunidade também até essa data.



Manhuaçu

Em Manhuaçu, na Zona da Mata, houve passeata pelas ruas da cidade contra a aprovação da PEC 37.

A manifestação foi acompanhada pela imprensa e contou com a adesão de diversas instituições: igreja católica (pastorais diversas), igrejas evangélicas, Apac (Associação de Proteção e Amparo aos Condenados); SRE (Superintendência Regional de Ensino), Polícia Militar, sindicatos, Consep, conselhos tutelares; representantes do Poder Executivo de Manhuaçu; representantes das câmaras municipais de Manhuaçu e Simonésia; funcionários do Fórum da Comarca; juizes de Direito; advogados; Rotary Club; Fadileste; Reduto; Luisburgo; Secretaria Municipal de Educação; SAAE; Samal; Fundação Maria Rainha da Paz; Fundação Manhuaçuense de Promoção Humana; Secretaria de Ação Social de Manhuaçu; Escola do Futuro; estudantes de Manhuaçu e Manhumirim; ONG Pro Rio Manhuaçu; e Apam de Manhuaçu.



CAMPANHA BRASIL CONTRA A IMPUNIDADE

Mantena

Em Mantena, a campanha contra a PEC 37 foi às escolas. Promotores de Justiça encerraram a mobilização do dia 9 de abril com explicações para alunos e corpo docente, citando exemplos de investigações concretas do Mi-

nistério Público com resultados positivos na Comarca.

A manifestação contou com o apoio do Judiciário, do Comando de Policiamento e da Câmara Municipal. As escolas aderiram à campanha.

Miradouro



Miradouro, na Zona da Mata, recebeu manifestações de repúdio à aprovação da proposta que tramita no Congresso Nacional. O promotor de Justiça Vinícius Bigonha recebeu representantes dos poderes Legislativo e Executivo dos municípios de Miradouro e Vieiras, do Poder Judiciário, além de representantes da imprensa

regional, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e de diversos setores da sociedade local, estudantes de Direito e outros.

Nova Lima

As promotorias de Justiça de Nova Lima também conclamaram toda a sociedade a participar e a aderir ao abaixo-assinado em repúdio à PEC 37, durante o Ato Público, realizado dia 9 de abril, em auditório lotado da Faculdade de Direito Milton Campos, no Bairro Vila da Serra.

Além das promotoras Andressa Lanchotti e Elva Cantero, participaram auto-

ridades, professores, alunos e representantes de associações como a AMA-NL, ONGs e da sociedade civil de Nova Lima e região.

Para as promotoras de Justiça, o sucesso do evento expressou o repúdio de toda a sociedade à possível aprovação da PEC 37, inclusive por meio do abaixo-assinado, encaminhado ao Congresso Nacional.

Nova Serrana

Nova Serrana realizou o Ato Público de mobilização contra a PEC 37 na noite do dia 9, no auditório do Sindinova. Na oportunidade, foram exibidos vídeos esclarecedores sobre as graves consequências em caso de aprovação da emenda. Contou com

a participação e exposição de representantes do Ministério Público, Poder Judiciário, imprensa, OAB, sociedade civil, Corpo de Bombeiros e outras entidades. Os vereadores, por unanimidade, assinaram Moção de Repúdio à aprovação da PEC.

Pedralva

O Salão do Tribunal do Júri de Pedralva foi o palco do Ato Público contra a PEC 37 no município. Participaram membros dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, além de representantes da sociedade, que subscreveram abaixo-assinado em repúdio à proposta.

Pará de Minas

Na Comarca de Pará de Minas, os promotores de Justiça manifestaram seu repúdio contra a proposta e conclamaram a população a lutar contra sua aprovação. Eles deram entrevistas aos veículos de comunicação locais sobre os riscos da aprovação da emenda e convidaram a população a subscrever o abaixo-assinado contra a PEC 37.

Pouso Alegre

Também no dia 9 de abril, os promotores de Justiça de Pouso Alegre participaram de reunião na Câmara Municipal e acompanharam a votação da Moção de Repúdio à PEC 37/2011, aprovada por unanimidade em Sessão Extraordinária da Casa. Alguns utilizaram a tribuna para se pronunciar. Participaram também representantes de entidades civis locais e veículos da imprensa.

A maior parte dos parlamentares, no uso da palavra, manifestou apoio à causa, compromisso e colaboração com o Ministério Público. A sessão foi presidida pelo presidente em exercício da Câmara, vereador Hamilton Magalhães, que colocou o Legislativo local à disposição para debates, exposições e quaisquer atos que possam reforçar a atuação do Ministério Público.

Os promotores de Justiça agradeceram o amplo apoio dispensado ao Ministério Público brasileiro.

Para as promotoras de Justiça, o sucesso do evento expressou o repúdio de toda a sociedade à possível aprovação da PEC 37

CAMPANHA BRASIL CONTRA A IMPUNIDADE

São Francisco



Na Comarca de São Francisco, foi realizada manifestação pública na manhã do dia 9 de abril na Praça Centenária, visando esclarecer a sociedade sobre a PEC e feita coleta de assinaturas. Participaram do evento, além dos promotores de Justiça Rodrigo Wellerson Guedes Cavalcante e Danielle Cristina Barral de Queiroz, representantes do Poder Legislativo de São Francisco e Icarai de Minas, representante do Poder Executivo de Icarai de Minas, da Maçonaria, do Codema, do CDL, professores e alunos da rede pública de ensino, do Sindicato dos Produtores Rurais, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da imprensa local (rádio São Francisco, jornal “O Barranqueiro”, portal sfminas).

Sete Lagoas

Em Sete Lagoas, houve Ato Público no auditório da Faculdade Unifemm.

Manifestaram apoio ao Ministério Público as seguintes autoridades e instituições: prefeito municipal; procurador-geral do Município; vereadores; juizes estaduais; juizes federais; juizes trabalhistas em Sete Lagoas; procurador da República; procurador estadual; inspetor da PRF; prefeitos e vereadores da Comarca; imprensa; defensores públicos; presidente da OAB em Sete Lagoas; diretores de autarquias municipais; delegados da Receita Federal; delegado regional da Polícia Civil;

comandante da PMMG; comandante do Corpo de Bombeiros Militar; comandante e Inspetor do Exército/4º GAAE; reitores de universidades de Sete Lagoas; gerentes de instituições financeiras; diretor do Ceip; conselheiros tutelares; presidente do CDL em Sete Lagoas; secretários municipais; superintendente da Sumad; diretor do CSE; presidente do Sindicato Rural; superintendente da SRE; comandante da Guarda Municipal; gerente regional do Senac; representante da Arquidiocese de Sete Lagoas; presidente do CMDCA; autoridades evangélicas de Sete Lagoas.

Uberaba

O Ato Público de Uberaba foi realizado na tarde do dia 9, em frente à sede das Promotorias de Justiça de Defesa do Cidadão. Estiveram reunidas autoridades civis, militares e eclesiais com público de quase 200 pessoas. Foram obtidas inúmeras assinaturas no abaixo-assinado.

Uberlândia

Os promotores da cidade deram entrevistas diversas nas emissoras de rádio e TV, a jornais impressos, desde a semana anterior ao dia 9, quando foi realizado o Ato Público com a participação de representantes do MPF, Polícia Federal, Receita Estadual, Câmara Municipal (cinco vereadores e o presidente da Câmara), assessores dos deputados federais da região, representantes de entidades civis.

Entre os dias 5 e 9 de abril, houve mobilização também por meio da internet, foram enviados 100 mil e-mails, além de seis postagens variadas de inserções contrárias à PEC 37 no Facebook, segundo informou o promotor de Justiça Breno Lintz.

Arinos, Diamantina, Juiz de Fora, Leopoldina, Montes Claros e Ouro Branco, dentre outras Comarcas, também promoveram Atos Públicos e manifestaram-se sobre o risco de retrocesso representado pela PEC 37.

AS INFORMAÇÕES E FOTOS FORAM ENCAMINHADAS PELOS PROMOTORES DE JUSTIÇA QUE REALIZARAM OS ATOS.

COM A SIENA É MUITO MELHOR!

Na defesa dos interesses dos associados, a AMMP estabeleceu uma parceria com a Siena Corretora de Seguros. Fazendo seus seguros com a Siena, você contará com uma empresa que mereceu nosso credenciamento pelo seu excelente histórico de serviços e que oferece os melhores preços, coberturas e atendimento diferenciado ao nosso associado. Faça os seus seguros com a Siena. Com o aval da AMMP é sempre muito melhor.

VIDA | AUTO | RESIDÊNCIA | VIAGEM | NOTEBOOK

Para fazer ou renovar o seu seguro acesse www.sienaseguros.com.br ou ligue para **0800 771 1231**

GRUPO SEGURADOR

AMMP ASSOCIAÇÃO MINEIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

BANCO DO BRASIL

MAPFRE SEGUROS

Siena CORRETORA DE SEGUROS

Parlamentares de todo o Brasil também manifestam apoio

São centenas de apoios vindos dos legislativos estaduais e municipais de todo o Brasil. Em Minas Gerais, além de moções de repúdio à proposta encaminhadas por diversas câmaras municipais à Associação Mineira do Ministério Público, a Assembleia Legislativa promoveu debate, no dia 8 de abril, sobre direitos humanos e investigação criminal. Ao final, encaminhou o resultado do encontro aos parlamentares mineiros em Brasília, pedindo a não aprovação da PEC 37, que causará grande retrocesso, se aprovada, segundo o presidente da Comissão de Direitos Humanos da AIMG, deputado Durval Ângelo (PT). Do Paraná, vem apoio do deputado federal Cezar Silvestri (PPS/PR).

Membros da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) reuniram-se, no dia 17 de abril, com a bancada mineira da Câmara dos Deputados. O objetivo da reunião foi discutir assuntos de interesse do MP e propostas legislativas em tramitação no Congresso, especialmente a PEC 37. Da reunião, participaram o tesoureiro da Conamp, José Silvério Perdigão; o presidente da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), Nedens Ulisses; a vice-presidente da



Barbara Pinheiro

▲ Comissão de Direitos Humanos da Assembleia promoveu debate no Plenário

AMMP, Shirley Fenzi Bertão; o presidente da Associação Sul-Mato-Grossense do Ministério Público (ASMMP), Alexandre Magno Lacerda; e o procurador-geral de Justiça do MP mineiro, Carlos André Bittencourt, acompanhando a presidente em exercício da Conamp, Norma Angélica Cavalcanti, e do secretário-geral da entidade, Vinícius Gahyva.

O deputado Dimas Fabiano (PP-MG) afirmou, na ocasião, que foi com a mobilização do MP contra a PEC 37 que ele entendeu do que se tratava a proposta e os perigos que a matéria traz, caso seja aprovada. “Essa reunião veio ajudar alguns deputados, que assim como eu talvez não tenham profundidade quanto ao trabalho do MP. E já

posso afirmar que sou a favor do MP.” O deputado Marcos Montes (PSD-MG) acredita que há de ser feito um trabalho informativo sobre a PEC. “Se a proposta passar será um grande retrocesso para a sociedade brasileira.”

No trabalho de mobilização e conscientização dos riscos de aprovação da proposta, Norma Angélica, o secretário-geral da entidade, Vinícius Gahyva, o presidente da Associação Sul Mato-Grossense do Ministério Público, Alexandre Magno, e o procurador-geral de Justiça do MP do Rio Grande do Norte, Manoel Onofre, visitaram, no dia 16 de abril, o presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Alves (PMDB-RN).

Henrique Alves recebe Conamp, ASMMP e MP do RN

Norma, Vinícius e Alexandre foram recebidos também pelo deputado Akira Otsubo (PMDB-MS). Na ocasião, o deputado foi alertado sobre as consequências da PEC 37, caso seja aprovada. O presidente da AMMP, Nedens Ulisses, coordenador nacional da campanha, também participou do encontro.

Do Senado, veio manifestação de Álvaro Dias (PSDB-PR), para quem retirar do Ministério Público o poder de investigar e transformá-lo em atribuição exclusiva da Polícia levaria, certamente, ao aumento da impunidade, especialmente nos crimes contra a administração pública. “É evidente que a aprovação de uma proposta como essa seria a festa para mensaleiros, sanguessugas e gafanhotos”, disse.



Divulgação

▲ Nedens Ulisses (à direita) também participou do encontro

Deputado quer mais diálogo com o Ministério Público

Os senadores Cyro Miranda (PSDB-GO), Lúcia Vânia (PSDB-GO), e os deputados Ronaldo Caiado (DEM-GO), líder do Democratas (DEM) na Câmara dos Deputados, e Marina Santanna (PT-GO) receberam representantes da Conamp, da AMMP e da Associação Goiana do Ministério Público (AGMP) para tratar da PEC da Impunidade.

Norma, durante visita a Caiado, propôs a abertura do diálogo entre o MP e o Parlamento para debater a PEC 37. Entregou notas de apoio das entidades do MP e de outras instituições ao poder investigatório do Ministério Público. Caiado reforçou a necessidade de intensificação do diálogo entre o Ministério Público e a classe política.

Os senadores Cyro Miranda, Lúcia Vânia e a deputada Marina Santanna também foram alertados sobre as consequências da aprovação da PEC.



CONAMP

Deputados do Tocantins e Piauí também são contra a proposta

Os deputados federais Júnior Coimbra (PMDB-TO), Nilmar Ruiz (PEN-TO) e a professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO) manifestaram apoio ao MP. A reunião contou com a presença do presidente da Associação Tocantinense do Ministério Público (ATMP); da procuradora-geral de Justiça do Tocantins, Vera Nilva; do procurador da República Vítor Mariz; do subprocurador-geral de Justiça, José Maria da Silva Júnior; do procurador de Justiça João Rodrigues Filho; e dos promotores Célio Sousa Rocha e Edson Azambuja.

Nilmar Ruiz declarou apoio ao MP e disse que irá votar contra a PEC. Ela enfatizou que as vítimas têm interesse que os atos criminosos sejam investigados por diversas instituições. “A população precisa de mais democracia

e menos monopólio”, destacou.

Professora Dorinha prometeu discutir o assunto com a bancada do partido. Ela afirmou que o monopólio da investigação deixará todas as instituições expostas. “Sou a favor da democracia”, disse.

Convencimento

Já o deputado Júnior Coimbra, mesmo já tendo sido favorável à PEC, declarou que hoje está convencido dos malefícios que a proposta acarretará para o povo. “Sou contrário à PEC 37 e estou à disposição do MP para atuar pela não aprovação da proposta, uma vez que é um assunto que atinge diretamente a sociedade”, assegurou.

O líder do Partido Social Demo-

crata (PSD) na Câmara dos Deputados, deputado federal Eduardo Sciarra (PSD-PR), manifestou apoio e assinou moção contra a PEC 37, durante visita do presidente da Associação Paranaense do Ministério Público (APMP), Wanderlei Carvalho da Silva.

A bancada tem 51 deputados em exercício, e outros cinco entre licenciados e suplentes. O PSD tem deputados representantes de 18 estados brasileiros, formando a terceira maior bancada da Câmara. O deputado estadual Ney Leprevost, na reunião, assumiu posição contrária à PEC 37.

O senador Ciro Nogueira (PP-PI) e os deputados federais Júlio César (PSD-PI), Iracema Portella (PP-PI) e Jesus Rodrigues (PT-PI) declararam apoio ao à campanha.

Entidades estão ao lado do MP

Além de órgãos da imprensa, conselhos profissionais, associações de classe, Igreja, governadores, vereadores, deputados estaduais e federais e magistrados, que se manifestaram contra a PEC 37, o Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público (CNCGMP) publicou moção de repúdio à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37/2011.

"O Ministério Público tem atuado - de forma independente - em defesa da cidadania. A sua autonomia tem garantido a denúncia e a punição daqueles diretamente envolvidos em casos de desvio de verbas, de corrupção"

Segundo o texto do documento, a pretensão de conferir o monopólio das investigações criminais às polícias Civil e Federal "representaria uma restrição irracional, um grave retrocesso para a qualidade e efetividade das investigações, aumentando a reconhecida ineficiência na apuração de crimes graves no Brasil, como indicam organizações internacionais de proteção aos direitos humanos".

O Conselho Federal de Medicina (CFM) também apresentou argumentos contrários ao projeto em nota pública divulgada no dia 17 de abril. Para o CFM, os parlamentares devem refletir profundamente antes de tomarem uma decisão que pode ter impacto importante para a nação.

Conforme a Nota, historicamente, "o Ministério Público tem atuado - de forma independente - em defesa da cidadania. A sua autonomia tem garantido a denúncia e a punição daqueles diretamente envolvidos em casos de desvio de verbas, de corrupção, de abusos cometidos por agentes do Estado e de violações de direitos humanos, bem como de ações praticadas pelo crime organizado, inclusive na área da saúde".

Os conselheiros afirmam ainda que a PEC 37 é imprópria para o Brasil, levando-se em conta sua 69ª posição no *ranking* da corrupção no setor público - em meio a 176 países, conforme apontou recente relatório da organização não governamental

Transparência Internacional. Na avaliação do CFM, o quadro atual exige aperfeiçoamento dos mecanismos de fiscalização e controle.

Também a Associação Nacional dos Auditores dos Tribunais de Contas (Audicon) apoia o poder de investigação do MP. Segundo a Audicon, que agrega ministros e conselheiros substitutos dos TCS, a PEC da Impunidade inviabilizaria diversas operações realizadas pelo Ministério Público contra crimes como sonegação de impostos, tráfico de drogas, corrupção e assalto a bancos, e poderia também restringir a atuação do Ministério Público especializado, que oficia junto aos tribunais de Contas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Conamp assina Manifesto da Abracci

A presidente em exercício da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Norma Angélica, assinou o manifesto da Articulação Brasileira Contra a Corrupção e a Impunidade (Abracci) no dia 9 de abril.

A Abracci é composta por organizações que atuam contra a corrupção e a impunidade e sua experiência comprova que membros do Ministério Público têm obtido resultados significativos na investigação de crimes. Retirar do MP e de outras instituições o poder investigatório significa o aumento da impunidade no país.

Segundo o manifesto, a PEC "vai contra as decisões de tribunais superiores, que já garantem a possibilidade de investigação pelo MP. É contrária a tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário e que determinam a ampla participação do Ministério Público nas investigações.

Reduz o número de órgãos para fiscalizar e além do MP, impede a investigação por órgãos como a Receita Federal, Controladoria-Geral da União, Coaf, Banco Central, Previdência Social, Ibama, Fiscos e controladorias estaduais.

A PEC, segundo a Articulação Brasileira contra a Corrupção, confere exclusividade de investigação às polícias civis e Federal, que não têm capacidade operacional para investigar todas as notícias de crimes registradas e, além disso, são subordinadas direta e hierarquicamente aos chefes do Poder Executivo - governadores de Estado e presidente da República. Podem ser removidos de seus cargos ou investigações sem qualquer justificativa de seus chefes."

Da Abracci, fazem parte: Amarrinho Brasil, Amigos Associados de São Pedro da Aldeia (Aaspa), Amigos Associados de Santa Rita do Passa Quatro (Amasari), Associação dos Moradores do Jardim Montevideu, Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampron), A Voz do Cidadão,

Dudalina, Força Tarefa Popular, Fórum pela Transparência e Controle Social de Niterói, Fundación Avina, Guará, Associação Guardiões da Rainha das Águas (Guará), Instituto Brasil Verdade (IBV), Instituto de Fiscalização e Controle (IFC), Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), Instituto Ilhabela Sustentável, Instituto Nossa Ilhéus, Instituto Soma Brasi, Instituto de Pesquisa em Ecologia Humana (Ipeh), Movimento Nossa Teresópolis, Movimento Voto Consciente, Observatório Social do Brasil, Observatório Social de Niterói, Observatório Social de Rondonópolis, Oficina da Cidadania, ONG Moral, Sociedade Amigos de Bairro do Jardim Olímpia (Sabajão), Transparência Cachoeirense, Viva São João e a Conamp.

Transexuais repudiam a proposta

O Grupo Piauiense de Transexuais e Travestis (GPTrans) também manifestou seu repúdio à PEC 37, por meio da presidente Laura dos Reis. Ela destaca que, para os movimentos sociais, o Ministério Público é um órgão essencial, pois é quem, de fato, os representa em suas demandas.

"Essa PEC é mais uma forma de inferiorizar a sociedade brasileira. É inadmissível que, em pleno século XXI, uma proposta dessas seja aprovada", destacou.

Governadores também explicitam apoio

Alguns governadores também vêm manifestando apoio ao Ministério Público, como é o caso de Beto Richa, do Paraná, que, no dia 9 de abril, assinou moção contra a aprovação da PEC 37.

O governador de Goiás, Marconi Perillo, também é contra a proposta de emenda à Constituição. Ele promoveu conversar com parlamentares de seu partido (PSDB) no Congresso Nacional. Destacou a importância da atuação do MP na defesa da cidadania e afirmou que a proposta é um retrocesso para a investigação criminal. “Eu sempre tive uma posição de defesa das prerrogativas do MP. Embora respeitando opiniões contrárias, gostaria de deixar clara a minha posição contrária à PEC 37. Acho que ela é um retrocesso para a investigação, tira atribuições importantíssimas

do MP e, certamente, será muito nociva aos direitos do cidadão. Se há uma instituição que defende os interesses do cidadão, essa instituição é o MP.”

O coordenador nacional da Campanha Contra a PEC da Impunidade, no âmbito da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), e presidente da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), Nedens Ulisses Vieira, o presidente da Associação Goiana do Ministério Público (AGMP), Alencar José Vital, e representantes do Ministério Público de Goiás se reuniram com Perillo em 4 de abril, quando alertaram sobre as consequências da proposta, se aprovada.

De Alagoas, o vice-governador José Thomás Nonô se posicionou contra a PEC. Ele

manifestou seu apoio ao MP, em visita da presidente da Associação do Ministério Público de Alagoas (Ampal), Adilza Inácio de Freitas. Nonô, que é oriundo do MP, disse que, “com muito orgulho, participou da Constituinte que criou o Ministério Público como é hoje”.

Do Rio Grande do Norte, veio apoio do delegado da Polícia Civil Marcelo Torhacs, que entende a importância do trabalho de parceria e articulação entre os órgãos na investigação criminal.

A então presidente em exercício da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Norma Angélica Cavalcanti, em 16 de abril, visitou o presidente da Federação Nacional dos Policiais Ferroviários Federais (FenaPRF), Pedro da Silva Cavalcanti, que manifestou, na ocasião, seu repúdio à PEC 37.

Nonô, que é oriundo do MP, disse que, “com muito orgulho”, participou da Constituinte que criou o Ministério Público como é hoje

Magistrados entram na campanha

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, criticou, no dia 5 de abril, a proposta de restringir o poder de investigação do Ministério Público. “Acho péssimo. A sociedade brasileira não merece uma coisa dessas”, disse o ministro, ao sair da Universidade de Brasília, onde proferiu a aula inaugural do primeiro semestre de 2013.

Antes de ser ministro do STF, Barbosa fez carreira no Ministério Público e sua posição favorável aos poderes investigativos de procuradores e promotores já havia sido apresentada durante julgamentos do Tribunal. Sua crítica à PEC que tramita no Congresso se soma à do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, que, há meses, tenta convencer os parlamentares a não aprovar o texto.

ABMP divulga Nota

A Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude (ABMP) encaminhou à Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), em 11 de abril, Nota Pública a favor do poder investigatório do Ministério Público.

A ABMP “considera a PEC 37/2011 um retrocesso ao fortalecimento do Sistema de Justiça, que é formado pelo tripé Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, porque é evidente sua natureza de exclusão, e sua aprovação, *máxima vênia*, causará consequências desfavoráveis ao combate à criminalidade, à segurança da sociedade e à defesa dos direitos humanos, neles inclusos os direitos infanto-juvenis.”

Entidades internacionais declaram apoio ao Ministério Público contra a PEC 37

São muitos os apoios de entidades internacionais que as associações nacionais representativas dos membros do Ministério Público brasileiro têm recebido contra a PEC 37. Entre eles, destacam-se Steven Jansen, vice-presidente da *Association of Prosecuting Attorneys* - de procuradores e promotores federais, estaduais e municipais dos Estados Unidos, para quem a presença dos membros do Ministério Público no processo de investigação criminal, como em seu país, é o que garante o combate mais bem-sucedido a crimes graves.

Para o presidente da Associação dos Procuradores da Província de British Columbia, no Canadá, Stephen K. Fudge, “o princípio de que as pessoas investidas com autoridade nunca devem investigar a si mesmas nem controlar quem as investiga é elemento essencial de qualquer sistema jurídico baseado no Estado de Direito”. Segundo ele, a PEC 37/2011, conforme descrita, prejudicaria claramente esse princípio básico. “Nós nos juntamos a vocês para instar o Congresso

Nacional a rejeitar essa mudança legislativa”, declarou.

O procurador da Coroa de Queensland na Austrália e membro do Comitê Executivo da *International Association of Prosecutors*, Salvatore Vasta, declarou-se “chocado e triste” com o que ouviu e leu sobre a proposta. Para ele, a PEC, se aprovada, será um grave retrocesso, justamente quando o país está no centro das atenções internacionais como um farol da noção de independência do Ministério Público.

Vasta esclarece que todos os estados australianos têm corpos de procuradores especializados em lidar com delitos graves relacionados a esquemas de sonegação fiscal e de corrupção de agentes públicos ou praticados por organizações criminosas. “A qualificação e a independência dos procuradores são garantias de que as investigações serão justas e imparciais”, destaca.

Procuradores-gerais internacionais também apoiam a campanha Brasil Contra a Impunidade. O procurador-geral adjunto da República da Croácia e procurador de ligação com a Eurojus (Unidade Européia de Cooperação Judiciária), Josip Cule, e o

procurador-geral do Ministério Público de Buenos Aires, Argentina, German Carlos Garavano, enviaram mensagens de solidariedade à campanha.

Josip informou que o MP croata tem amplos poderes para conduzir investigações criminais, com base nas disposições do Art. 219 do Código de Processo Penal de seu país. O procurador europeu esclareceu ainda que o membro do Ministério Público da Croácia pode conduzir investigações criminais por iniciativa própria e em procedimento autônomo ou, através de uma ordem, pode confiar a realização de ações específicas de coleta de evidências de crimes a agentes policiais.

Já German afirma que suprimir a tarefa de investigação criminal do âmbito do Ministério Público, bem como invadir, cercear ou perturbar a sua esfera de atuação e/ou condicionar o cumprimento de suas funções mediante a não disponibilização dos recursos correspondentes que permitam fortalecer o seu trabalho atentam, de forma definitiva, contra o Estado de Direito estabelecido e o sistema republicano de governo.

***Association of Anti-Corruption Authorities* e Anistia Internacional também repudiam a proposta**

A Procuradoria Suprema da República Popular da China, por intermédio de Ye Feng, secretário-geral da *International Association of Anti-Corruption Authorities* (IAACA), também explicitou apoio à causa. A IAACA é uma organização criada a partir da reunião dos chefes de Estado e de Governo ocorrida em Mérida (México), em dezembro de 2003, com a finalidade de assinar a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção.

Com a autoridade de secretário-geral de uma organização multilateral que acompanha a execução da Convenção da ONU contra a corrupção, Ye Feng, que também é vice-presidente da Interna-

tional Association of Prosecutors (IAP) por representação da Ásia, destacou a participação direta dos procuradores e promotores nas investigações criminais em diversas jurisdições nacionais (Estados Unidos da América, Reino Unido, Alemanha, França, Itália, China, Japão e Coreia do Sul), bem como sobre as previsões relativas ao poder investigatório criminal dos procuradores e promotores em quatro importantes convenções internacionais que foram adotadas por iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) o Protocolo de Istambul (prevenção e repressão da tortura e outras violações

de Direitos Humanos), a Convenção de Mérida (combate à corrupção), a Convenção de Palermo (combate às organizações criminosas transnacionais) e as Diretrizes de Havana.

A Anistia Internacional também divulgou nota pública contra a PEC 37. No documento, a ONG destaca a autonomia do Ministério Público na investigação e seu especial destaque na defesa dos direitos humanos.

A Anistia Internacional é uma organização não governamental fundada há mais de 40 anos e que atua em cerca de 150 países na defesa dos direitos humanos e luta contra as desigualdades.

Tendência na Europa é o fortalecimento do MP

O presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público da Áustria, Gerhard Jarosch, informa que, no sistema jurídico austríaco, procuradores e promotores estão autorizados a conduzir suas próprias investigações.

Segundo ele, as tendências recentes na Áustria, bem como em outros países europeus, são de fortalecimento do papel do Ministério Público na investigação criminal, especialmente nos casos de corrupção e violência policial.

Também encaminharam mensagem de apoio a vice-presidente da Associação Internacional de Promotores (IAP) por representação dos Estados Unidos da América, Wendy M. Stephen; o secretário-geral da Associação Internacional das Autoridades Anticorrupção, vice-presidente da Associação Internacional de Procuradores e membro da Procuradoria Suprema da República Popular da China, Ye Feng; o representante do Ministério Público do Paraguai, fiscal delegado da Unidade Especializada em Delitos

Econômicos e Anticorrupção, Rene M. Fernandez Bobadilla; o procurador-geral adjunto da República de Moçambique, Ângelo Vasco Matusse; e o diretor de Perseguições Públicas da República de Maurício e representante junto à Comissão para a Prevenção do Crime e Justiça Penal da ONU, Satyajit Boolell.

A articulação internacional da Campanha Brasil contra a Impunidade recebeu outras importantes manifestações de apoio: do procurador-geral adjunto da Rússia, Aleksander Zvyagintset, e do presidente da Associação dos Membros do Ministério Público da Ucrânia, Oleksander Shynalskyi. Eles são membros do Comitê Executivo da International Association of Prosecutors.

O procurador russo afirmou que a experiência dos países europeus registra a existência de MPs muito fortes, sobretudo na Alemanha, França, Itália e Espanha, o que está de acordo com as premissas da Recomendação R(2000)19 do Comitê de Ministros do Conselho da Europa sobre o papel do Minis-

tério Público no Sistema de Justiça Criminal.

Zvyagintset esclareceu ainda que as negociações entre os estados-membros para a criação de uma Autoridade Ministerial da União Européia avançam no sentido de que o futuro órgão também seja empoderado para realizar investigações criminais.

Oleksander Shynalskyi manifestou a solidariedade dos procuradores ucranianos e o firme apoio da Українська Асоціація Прокурорів (Associação dos Membros do Ministério Público da Ucrânia) à Campanha.

O procurador-Geral da República de Samoa, Ming C. Leung Wai, declarou apoio ao MP brasileiro contra a PC 37, por ser a autonomia dos procuradores e promotores aspecto essencial da proteção do Estado de Direito em um país. Para ele, o envolvimento destes nos procedimentos de investigação é um aspecto crucial para o cumprimento das obrigações primordiais perante os tribunais e para a promoção da equidade e da justiça na sociedade.

“O envolvimento destes nos procedimentos de investigação é um aspecto crucial para o cumprimento das obrigações primordiais perante os tribunais e para a promoção da equidade e da justiça na sociedade”

Argentina

Também da Argentina chegou manifestação de apoio, por meio do procurador Carlos Donoso Castex, presidente da Asociación de Fiscales Y Funcionarios del Ministerio Público de la Republica Argentina.

Para Castex, a eventual aprovação da PEC 37 representa enorme retrocesso quanto à eficiência e à transparência que devem ser garantidas para realizar investigações criminais com profissionalismo e independência dos outros poderes

do Estado. “E, especialmente, para garantir o êxito na persecução dos casos de corrupção, na defesa dos Direitos Humanos e na luta contra o crime organizado”, destacou.

Castex, que também é vice-presidente da International Association of Prosecutors (IAP), por representação da América do Sul, enfatizou que é necessário que se entenda que as investigações e os casos criminais deverão ser apresentados perante a Justiça e os tribunais pelos integrantes do Ministério Público

e, por isso, são eles - e não as forças policiais - que estão em condições de determinar quais tipos de provas e evidências necessitam para levar a juízo os delinquentes. Salientou ainda que, na maioria dos países do mundo, se reconhece a necessidade de contar com MPs que tenham cada vez mais protagonismo desde o início das investigações - e, nesse sentido, o MP brasileiro é um exemplo a ser seguido pelos demais países da América do Sul.

Poços de Caldas recebe a Agenda Cultural

A Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) promoveu Agenda Cultural em Poços de Caldas, Sul do Estado, no dia 18 de abril. O presidente da AMMP, Nedens Ulisses, reuniu-se com os associados da Seção Regional. Foram tratados assuntos institucionais e administrativos de interesse da classe. Participaram também o 3º vice-presidente Edson Baêta e o assessor institucional Antônio Sérgio Tonet.

À noite, foi promovida palestra aberta ao público universitário, visando estreitar os vínculos entre o MP e o meio acadêmico. O palestrante foi o secretário de Estado de Defesa Social, Rômulo Ferraz, que falou sobre “Segurança Pública em Minas Gerais – Aspectos atuais”, na PUC Minas.



FOTOS PEDRO HENRIQUE AS



◀ RÔMULO FERRAZ, NEDENS ULISSES E O PRÓ-REITOR DA PUC/MINAS EM POÇOS DE CALDAS, PROFESSOR IRAN CALIXTO

MINAS

CNJ defere liminar sobre averbação de área de proteção legal

MARCO EVANGELISTA



Os tribunais de Justiça de todos os estados serão comunicados de decisão liminar do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de caráter veiculativo para todo o poder judiciário brasileiro referente ao Procedimento de Controle Administrativo nº 0022118-22.2013.2.00.0000, que reconhece como obrigação legal a averbação das áreas de proteção legal junto ao registro de imóveis, cuja dispensa fora admitida pela Corregedoria do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, por meio da Orientação nº 59.512/2012 e do Provimento nº 542/2012.

O procedimento foi instaurado por iniciativa do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico Cultural, Habitação e Urbanismo (Caoma).

A Voz do Ministério Público abordou PEC 37 e defesa do patrimônio público

Os promotores de Justiça Daniel de Sá Rodrigues e Luciano Moreira de Oliveira (foto), do Grupo Especial de Promotores de Defesa do Patrimônio Público, foram os entrevistados da 26ª edição de *A Voz do Ministério Público*, no dia 19 de março.



O Grupo Especial – GEPP foi premiado no Concurso Melhores Práticas do Ministério Público de Minas Gerais, realizado pela primeira vez em 2012, com o projeto “Atendimento Eletrônico online: a requisição de informações pelo

Ministério Público”.

O prêmio foi instituído com o objetivo de reconhecer práticas inovadoras e de maior alcance social nas diversas áreas de atuação do Ministério Público.

PEC 37

No dia 2 de abril, o procurador-geral de Justiça de Minas Gerais, Carlos André Mariani, e o presidente da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), Nedens Ulisses (foto), falaram sobre a Campanha Brasil Contra a Impunidade e a mobilização da sociedade contra a PEC 37, que pretende retirar do Ministério Público e outros órgãos o poder de investigação.



Barbara Pichoto

Sonegação fiscal também foi tema de programa

No dia 16 de abril, o promotor de Justiça Renato Froes Alves Ferreira (foto), coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa da Ordem Econômica e Tributária, falou sobre a Operação Robusta, que desbaratou esquema de sonegação fiscal praticado por empresas que comercializam café, realizado simultaneamente em Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro. A ação foi capitaneada pelo MP em articulação com as Receitas e a Polícia Militar.

A Voz do Ministério Público é exibido pela TV Comunitária de Belo Horizonte às quintas-feiras, às 20 horas; aos sábados, às 8h30; e, aos domingos, às 13 horas. É também apresentado pela TV Assembleia, às segundas-feiras, às 19 horas; às quartas-feiras, às 2 da manhã; às quintas, às 5 da manhã; e, aos sábados, às 6h30. Todos os programas estão disponíveis no site da AMMP – www.ammp.org.br.



Nedens Ulisses é vice-presidente do Colégio de Instituidoras da Jusprev

A primeira reunião de 2013 dos Órgãos Colegiados da Jusprev foi realizada no dia 22 de março, em Curitiba. No encontro, foram debatidos assuntos relacionados a investimentos, comunicação, comercialização do Plano de Benefícios Previdenciários da Jusprev (Planjus) e ingresso de novas instituidoras.

Representantes das Assets, responsáveis pela gestão dos investimentos, DLM Investa e Bradesco Asset Management (Bram) fizeram explanação sobre a rentabilidade do Fundo Jusprev e as estratégias dos investimentos deste ano. Discorreram também sobre o cenário atual e as perspectivas para os próximos meses.

“Estávamos em um momento de queda da taxa de juros e agora o mercado começou a precificar uma alta da taxa. Essa alta impacta muitos mercados, como por exemplo,

títulos atrelados à inflação. Mas, em linhas gerais, acreditamos que o Banco Central deve subir um pouco os juros, estabilizando no patamar de 8,5%, ciclo que deve começar em maio. No início do ano, reduzimos a exposição à inflação, o que impactou pouco a rentabilidade”, explicou gestor da DLM Investa, Luiz Fernando Lembi.

Eleição

A Consultoria fez explanação sobre o Demonstrativo de Avaliação Atuarial referente a 2012 e as Demonstrações Contábeis.

O presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Nelson Calandra, foi eleito presidente do Colégio de Instituidoras da Jusprev, assumindo o cargo antes ocupado pelo ex-presidente da Associação Paulista do Ministério Público (APMP) Washington Epaminondas Medeiros Barra. Como vice-

presidente foi escolhido o presidente da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), Nedens Ulisses Freire Vieira.

O ex-presidente da APMP foi indicado pelo Conselho Deliberativo para compor o Comitê de Investimentos, substituindo o procurador do Estado do Paraná Luiz Fernando Baldi, que renunciou.

Os membros dos Órgãos Colegiados ainda debateram sobre a necessidade de abertura dos Estatutos das Instituidoras para o ingresso de participantes vinculados; a viabilidade da inscrição dos funcionários da Jusprev no Planjus e as estratégias e capacitação para a comercialização e divulgação do plano em todo o Brasil. Aprovaram também o ingresso de novas associações instituidoras, a Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro e a Associação Nacional de Desembargadores (Andes).

AMMP promove reunião de trabalho com aposentados

A Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) realizou, na manhã do dia 25 de março, reunião de trabalho com os aposentados. O presidente Nedens Ulisses, o terceiro vice-presidente e diretor do AMMP-Saúde, Edson Baêta, a diretora-administrativa Selma Ribeiro e o ex-

-presidente da AMMP Luiz Carlos Abritta receberam os associados para tratar de questões institucionais e administrativas.

Nedens Ulisses abriu a reunião, discorrendo sobre a situação e reivindicações dos aposentados e destacou o papel da AMMP “na de-

fesa das prerrogativas institucionais e que passam pela defesa da dignidade remuneratória daqueles que prestaram tantos serviços a Minas Gerais e ao Brasil”.

Luiz Carlos Abritta apresentou algumas reivindicações dos inativos, ressaltou a necessidade de se estabelecer forte união entre a presidência da AMMP e a PGJ para juntos serem “defensores dos aposentados”.

Os aposentados reivindicam a extinção do desconto previdenciário, a exemplo do que acontece com os aposentados pelo INSS. Também alertaram sobre os riscos da perda da paridade com o pessoal da ativa.

O PGJ explicou como vem sendo tratada a questão remuneratória desde que assumiu a Procuradoria-Geral Adjunta Administrativa há dois anos, buscando uniformizar o pagamento de créditos atrasados entre ativos, inativos e pensionistas. Carlos André falou também sobre a implementação do auxílio-alimentação para ativos e a possibilidade de se estender aos aposentados o auxílio-saúde, se implantado.



BARBARA PEIXOTO

▲ Selma Ribeiro, Luiz Carlos Abritta, Carlos André, Nedens Ulisses e Edson Baêta

Pensionistas participam de café da manhã

A Associação Mineira do Ministério Público realizou, durante café da manhã no dia 21 de março,

reunião com as pensionistas. O presidente Nedens Ulisses, o terceiro vice-presidente e diretor do AMMP-

-Saúde, Edson Baêta, e a assessora para Assuntos de Aposentados e Pensionistas, Marlene Almeida Fernandes, receberam as associadas para tratar de questões administrativas, previdenciárias e judiciais.

O advogado Luís Carlos Parreiras Abritta falou sobre projetos de lei em tramitação e ações na justiça de interesse das associadas. Edson Baêta tratou de aspectos relacionados ao plano de saúde.

Ao final, Marlene Fernandes destacou a importância de encontros dessa natureza entre as pensionistas e a diretoria da AMMP e convidou-as a formarem um grupo para duas viagens, uma à Turquia e Grécia, em maio, e a outra ao Panamá, em julho.



FOTOS MARIA DO SOCORRO MATTOS

PEC 37 é sim a PEC da Impunidade!



PEDRO HENRIQUE

A questão de poder ou não o Ministério Público promover investigações criminais há muito tem produzido discussões no teatro jurídico, não sendo demais lembrar, porém, que o Supremo Tribunal Federal já bateu martelo em relação ao assunto, por mais de uma vez, ao reconhecer que tal encargo, por estar incorporado à atividade-fim dos promotores e procuradores da República, encontra-se sintonizado com o perfil e leque de atribuições da instituição.

Diante disso, e como a coisa começou a fluir negativamente para as pretensões de transgressores de gola alva, agora outra via foi criada para tentar inibir a atuação do Ministério Público nesse aspecto: é a PEC 37/11, de autoria do deputado Lourival Mendes, delegado de Polícia e ex-dirigente do Sindicato (está em parte explicado!), que, se aprovada, conferirá às polícias judiciárias dos estados e Distrito Federal o monopólio da investigação criminal. Não é à toa que tem sido congno-minada de PEC da Impunidade.

Só mesmo o Brasil... o pai da pouca vergonha e onde os canalhas multiplicam o patrimônio feito "Gremlins" (lembram do filme em que os bichinhos se reproduziam aos milhares pelo simples contato com a água?), é que proposições tais avançam e espancam de morte as esperanças dos cidadãos por dias melhores.

Sem adentrar muito no mérito da questão, é de difícil compreensão essa proposta de tentar vetar a investigação criminal pelos promotores e procuradores da República, posto serem inexistentes argumentos de razoável juridicidade que indiquem qualquer anomalia nessa tarefa. A bem da verdade, não há lógica jurídica alguma no pensamento dos que são contrários à investigação pelo Ministério Público, o que reforça a tese de que, no fundo, há muitos (e espúrios) interesses ocultos nessa proposta.

Aliás, já me ensinaram no início dos estudos de processo penal que o inquérito policial não é sequer necessário para que o Ministério Público promova a ação penal. Grosso modo, basta uma notícia-crime em um *pedaço de papel de pão* para que o promotor se veja legitimado a oferecer uma denúncia ao Judiciário. É claro que nenhum promotor de Justiça faria isso sem antes cercar-se de garantias de que a demanda é razoável, evitando-se, como atitude responsável, o ajuizamento da lide temerária. Mas, nessa linha visada pela PEC 37,

não poderia fazê-lo, ou seja, não poderia deitar trabalho numa ligeira investigação com o escopo de avaliar a verossimilhança daquela informação (pasmante ao que me parece teratológico!).

Mas, então, a quem interessa a aprovação dessa PEC que, contrariando o senso comum e tudo quanto se conhece em Direito Processual Penal, objetiva fechar as portas ao Ministério Público para a investigação de crimes? A todos, menos à sociedade!

Aliás, a bem da verdade, interessa a todos os que desejam seguir incólumes na trilha da malversação dos recursos públicos, na condução das fraudes licitatórias e na manutenção dessa picaretagem organizada que já pôs a população cansada e exaurida. Ah... também a alguns poucos grupos policiais movidos por espírito de corpo.

A propósito, o Ministério Público nunca desejou monopolizar a investigação criminal, como pretendem fazer crer os corporativistas e outros críticos da atividade investigatória pelos promotores de Justiça e procuradores da República, que são os representantes da sociedade, mas sim objetiva atuar de maneira complementar.

É bom que esta mesma sociedade tome ciência que há determinados crimes – e bem sabemos quais – que somente são passíveis de séria elucidação (e punição) quando apurados por órgão isento, como o Ministério Público, que detenha prerrogativas constitucionais, por exemplo, a inamovibilidade, e que, assim, esteja imune a pressões externas, sobretudo políticas. O Mensalão foi apenas um desses casos, e que, portanto, serve de exemplo atual.

Sem jamais querer desmerecer o profícuo trabalho da Polícia Judiciária a quem sempre devotei respeito, alguém confia que as polícias tenham essa independência funcional em se tratando de crimes de "colarinho branco"? Alguém acredita em isenta investigação para crimes dentro das próprias polícias envolvendo seus membros?

Com toda franqueza, eu não acredito... definitivamente não! A experiência cotidiana me permite externar essa preocupação com toda segurança e bem sei que esse sentimento também aflige a população em geral. Então, o que têm a temer os que são contra a investigação criminal pelo Ministério Público?

Cabe à população exigir respeito da classe política, repelindo essa monstruosa construção dos que ambicionam a condição de inalcançáveis pela Justiça. A medida é inconstitucional, fere direitos dos cidadãos e, em suma, contribui para a impunidade na medida em que deixa nítida a intenção de que determinados crimes não sejam investigados. Se aprovada, fechadas estarão as portas não só para investigação pelo Ministério Público (notadamente em relação a crimes perpetrados por políticos e poderosos), mas também para outras instituições fundamentais no combate à corrupção e à improbidade, tais como Tribunal de Contas, Receita Federal e comissões parlamentares de Inquérito. Lembro, apenas para ilustrar, que apenas três países do mundo proibem o Ministério Público de conduzir investigações criminais: Uganda, Indonésia e Quênia. Causa espanto que em um país como o nosso, em que a impunidade é considerada uma das grandes mazelas, se tente restringir o poder de investigação a uma e a outras instituições.

Paradoxal a ideia de que o Ministério Público seja parte legítima para mover ação penal contra quem infringe a lei, mas que não possa investigar o fato antes de acionar a Justiça. Pois é... só mesmo no país da impunidade e da insensatez interpretativa, o confiteiro pode fazer o bolo, mas não pode apurar a massa. E, em determinada altura, nem haverá como... o leite ordenhado já terá se esvaído pelo ralo da corrupção.

PROMOTOR DE JUSTIÇA EM DIVINÓPOLIS E EDITOR DO BLOG DO GIL – UM ENSAIO SOBRE A IMPUNIDADE NO BRASIL – www.blogdogilbertoresende.webnode.com.

A bem da verdade, não há lógica jurídica alguma no pensamento dos que são contrários à investigação pelo Ministério Público, o que reforça a tese de que, no fundo, há muitos (e espúrios) interesses ocultos nessa proposta

O Ministério Público nunca desejou monopolizar a investigação criminal, como pretendem fazer crer os corporativistas e outros críticos da atividade investigatória

Cristóvam Joaquim é o campeão da 1ª Copa de Kart da AMMP



A 1ª Copa de Kart da AMMP foi realizada no dia 20 de abril no Kartódromo Internacional de Betim. Participaram 33 inscritos entre associados, dependentes e funcionários da AMMP. Foram realizadas duas baterias classificatórias. O campeão foi Cristóvam Joaquim Fernandes Ramos Filho, ficando o segundo lugar com Henrique Nogueira Macedo. O terceiro e quarto lugares foram para Luiz Felipe de Miranda Cheib e Odélio Bento da Silva Júnior. O quinto lugar coube a Fernando Ramos, irmão do campeão.

Depois da corrida, foi promovido um churrasco de confraternização na AMMP, com a presença do presidente Nedens Ulisses e dos diretores Carlos Henrique e Luiz Felipe Cheib. O assessor intitucional Antônio Tonet também esteve presente.

FOTOS PEDRO HENRIQUE



AVISSON SIMILICO



AVISSON SIMILICO